

## **CONSTANT, Benjamin**

\* militar; min. Guerra 1889-1890; min. Instr. Públ. 1890-1891.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães* nasceu em Niterói, então capital da província do Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro de 1837, filho de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, português, e de Bernardina Joaquina da Silva Botelho de Magalhães, gaúcha. Seu pai era praça da marinha portuguesa no Brasil quando das lutas pela independência, as quais apoiou, optando em seguida por fixar-se na nova nação, onde trabalharia também como professor de primeiras letras.

A morte de seu pai, em outubro de 1849, provocou em sua mãe forte abalo emocional, deixando-o na condição de arrimo da família, que precisou da ajuda financeira de amigos para estabilizar-se no Rio de Janeiro. Na Corte, Benjamin Constant, que até então estudara apenas com o pai, começou em 1850 a frequentar as aulas de matemática e latim do Mosteiro de São Bento. Em pouco tempo destacou-se entre os alunos e passou a auxiliar os colegas mais atrasados. Em 1852, alterou o ano de seu nascimento e candidatou-se aos exames preparatórios da Escola Militar do Rio de Janeiro.

Assentou praça como voluntário em 28 de fevereiro de 1852, pretendendo de início ingressar no curso de infantaria, mas não seguir a carreira militar, já que desde 1823 eram admitidos na Escola Militar alunos civis que tencionassem formar-se apenas engenheiros. A necessidade material, entretanto, o levou a assentar praça novamente em abril, agora no 1º Regimento de Cavalaria Ligeira. Reconhecido cadete de segunda classe um mês depois, apresentou-se para o serviço em novembro, habilitando-se a um soldo. Assumia, assim, aos 15 anos, o efetivo sustento da família, uma vez que sua mãe não recuperara a estabilidade emocional.

Na Escola Militar, envolveu-se no ambiente cientificista que predominava na instituição, cujo curso apresentava forte base matemática, em torno da qual o positivismo começou a tornar-se um elemento norteador do ensino. Professores e alunos começavam a ser atraídos

pela ênfase no método científico em geral, e nas matemáticas em particular, dada pela doutrina de Auguste Comte (1798-1857). As relações de Benjamin Constant com essa escola de pensamento, cujo estudo iniciou quando estava na metade do curso da Escola Militar, são importantes para que se compreendam as posições que assumiria em face dos mais variados assuntos: vida familiar e profissional, guerra, atividade política, sistema educacional etc.

Já explicador de matemáticas a colegas mais atrasados, foi promovido em abril de 1855 a alferes-aluno e, em abril de 1857, a alferes do Estado-Maior de 1ª Classe, que incluía os alunos aprovados com distinção nos cursos da Escola Militar. Matriculou-se, então, em março de 1858, na Escola de Aplicação do Exército, onde completou o curso de engenharia militar. Também em 1858 a Escola Militar passou a chamar-se Escola Central. Em 1859 tentou candidatar-se a professor da recém-criada cadeira de matemáticas elementares na Escola Central, mas o provimento da vaga, ao contrário do que fora anunciado, foi feito sem concurso. Passou então a atuar, a convite do governo, como examinador de matemáticas dos candidatos aos cursos superiores do Império, atividade não remunerada. Em junho de 1860, inscreveu-se no concurso para repetidor de matemáticas no Imperial Colégio de Pedro II. Embora classificado em primeiro lugar, não obteve a vaga, preenchida pelo segundo colocado. Como este se licenciasse alguns meses depois, em fevereiro de 1861 foi nomeado para substituí-lo interinamente, condição em que lecionaria por dois anos e meio. Nesse ínterim, foi promovido a tenente do Estado-Maior de 1ª Classe e diplomado bacharel em ciências físicas e matemáticas, em dezembro de 1860.

Ainda em 1861, ingressou no primeiro ano do curso de engenharia civil. Depois de mais uma vez candidatar-se a uma cadeira de matemáticas no Colégio de Pedro II e vê-la ser preenchida sem concurso, fez, em outubro, uma quarta tentativa de ingressar no magistério oficial, quando se criou o Instituto Comercial no Rio de Janeiro. Candidatou-se à cadeira de matemáticas, porém uma vez mais a vaga foi provida sem concurso. Em novembro, ingressou como praticante no Imperial Observatório Astronômico.

Inscrito, em abril de 1862, em outro concurso, dessa vez para a cadeira de matemáticas da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, um dos membros da banca examinadora – professor da Escola Militar e positivista – o considerou tão flagrantemente superior aos demais concorrentes que o classificou em primeiro lugar e deixou vagos os dois seguintes, indicando o outro candidato para o quarto lugar. Aprovado, passou assim a aguardar a nomeação. Processos burocráticos, contudo, acabaram levando à nomeação do seu concorrente. Enquanto prosseguia os estudos, cursando o segundo ano de engenharia civil, que, aliás, perderia por faltas, repetiu-se na Escola Normal o acontecido no Colégio de Pedro II: o titular da cadeira, após alguns meses, entrou em licença. Benjamin Constant foi, então, indicado para substituí-lo. Nomeado em 31 de janeiro de 1863, trabalharia como lente interino por apenas dois meses, em virtude do retorno do titular.

Ainda em 1862, recusou um convite do imperador para lecionar matemática às suas filhas. Em 13 de agosto desse ano, tornou-se professor de matemáticas elementares do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, dirigido pelo médico Cláudio Luís da Costa. Praticamente criou a cadeira de matemáticas no Instituto, adaptando o programa à matéria que poderia explicar aos cegos, elaborando um resumo de álgebra elementar, que foi depois copiado pelos alunos no sistema Braille, e fazendo figuras geométricas em relevo. Foi lá que conheceu sua futura esposa, Maria Joaquina de Bittencourt Costa, filha do diretor e então com 14 anos de idade. Casaram-se em 16 de abril de 1863, após ela completar 15 anos. Em setembro de 1863, fez nova tentativa de ingressar no magistério oficial por concurso, mais uma vez, para a cadeira de matemáticas, agora do Instituto Comercial. Classificando-se em primeiro lugar, seria finalmente nomeado em 28 de outubro seguinte.

#### NA GUERRA DO PARAGUAI

A guerra da Tríplice Aliança – formada pela Argentina, o Brasil e o Uruguai – contra o Paraguai já se iniciara havia cerca de um ano quando Benjamin Constant foi promovido, em 22 de janeiro de 1866, a capitão de Estado-Maior de 1ª Classe. Oito meses

depois foi convocado para a guerra, embarcando na primeira semana de setembro para o Paraguai.

Embora contasse com três empregos, sua situação material não era das mais confortáveis. Sustentava uma família razoavelmente numerosa: esposa, uma filha e outra por nascer, dois irmãos, a mãe doente e uma tia muito idosa. Desfrutava, já, de algum prestígio como professor, mas não podia manter a família com a atividade acadêmica. Por isso, não abandonava a atividade de explicador, dando aulas individuais e a grupos de alunos, principalmente candidatos ao ingresso nas escolas militares. Engajar-se no Exército em operações constituía para ele um desastre financeiro, porque precisaria abandonar todas as fontes de renda que não a militar.

Depois de uma primeira escala em Santa Catarina, seguiu para Montevidéu, aportando no dia 13 de setembro. Dois dias depois, partiu para a cidade argentina de Corrientes, aonde chegou logo após a derrota brasileira em Curupaiti, primeira vitória expressiva dos paraguaios em seu território, que teve efeitos altamente negativos sobre os aliados, iniciando um longo período de imobilidade dos seus exércitos.

No dia 4 de outubro, chegou ao Capão do Pires, próximo a Tuiuti, em território paraguaio, um dos pontos de combate. Suas primeiras incumbências, contudo, foram mais administrativas do que militares. Cuidou do abastecimento, de depósitos e de transporte. Em dezembro passou a integrar a Comissão de Engenheiros do 1º Corpo de Exército e, responsável por obras, cumpriu várias missões na frente de batalha, inclusive na chamada Linha Negra – local quase mítico da Guerra do Paraguai. Trabalhando em precárias condições técnicas e de segurança, em março de 1867 foi tomado por sintomas de malária, em especial uma febre fortíssima. Parcialmente restabelecido, ainda em março concluiu algumas obras. Em seguida viajou em missão a Corrientes, onde teve novos acessos da doença, mas passou incólume pela epidemia de cólera que assolava a cidade.

De volta a Tuiuti, retomou as atividades de engenharia, sempre em condições negativas para sua saúde. Concluiu as obras em fins de maio e ainda nesse mês foi efetivado na

Comissão de Engenheiros, o que lhe rendeu um aumento de rendimentos pecuniários, importante para melhorar as condições de vida no *front* e aumentar a ajuda que enviava à família no Brasil. Em seguida, embora ainda doente, integrou uma comissão encarregada de proceder ao balanço e exame dos depósitos gerais de artigos bélicos. O quadro de desorganização e desperdício de recursos que encontrou aliou-se às más condições de saúde para torná-lo sensível à pressão que sua esposa vinha fazendo para que retornasse ao Brasil. Febres e uma forte inflamação no fígado faziam-no pensar em obter uma licença para tratamento de saúde.

Em fins de junho, dirigiu-se ao Passo da Pátria para se tratar, mas foi encarregado de novas missões de engenharia necessárias ao avanço das forças aliadas. Um amigo que o visitou no acampamento transmitiu a sua esposa a impressão de que estava prestes a morrer, e ela conseguiu do imperador autorização para juntar-se a ele no Paraguai. Mesmo depois da chegada da esposa, Benjamin Constant trabalhou até seu estado de saúde agravar-se perigosamente. Em fins de agosto, obteve licença de três meses – que seria prolongada por mais quatro – para tratar-se no Brasil.

A intensificação dos sintomas, consultas médicas e inspeções de saúde determinaram a inviabilidade do seu retorno ao campo de batalha. Permaneceria no Rio de Janeiro, mas em difícil situação financeira, contando apenas com os 45 mil-réis do soldo, com que devia sustentar-se e à família, pagar as mensalidades da internação de sua mãe no Hospício de Pedro II, alimentar a tia octogenária e uma irmã, que tinha o marido irremediavelmente enfermo e estava prestes a enviuvar, com uma filha de quatro anos e sem recursos para manter-se.

Em 6 de junho de 1868, Benjamin Constant assumiu o cargo de praticante no Imperial Observatório Astronômico, emprego militar compatível com seu quadro de saúde. Nesse mesmo dia, reassumiu o ensino nos institutos dos Cegos e Comercial. Com o falecimento de seu sogro em 27 de maio de 1869, foi nomeado para substituí-lo interinamente nos cargos de tesoureiro e diretor do Instituto dos Cegos, sendo efetivado neste último dois

meses depois.

#### À FRENTE DO IMPERIAL INSTITUTO DOS MENINOS CEGOS

Para exercer a direção do Instituto, Benjamin Constant estudou as teorias e técnicas pedagógicas aplicadas aos cegos, bem como as experiências de outros países nesse campo. Sua preocupação central era, porém, o futuro dos cegos uma vez finda a estada no Instituto, porque achava inútil ensinar-lhes um ofício e, em seguida, jogá-los no mercado geral de trabalho. Também era objeto de sua preocupação a situação dos cegos que, por inabilidade, doença ou velhice, não pudessem ajustar-se a um sistema de trabalho. Para estes, sugeria a construção de casas de acolhimento onde pudessem trabalhar de acordo com suas limitações. Entendia, porém, que a sorte dos cegos só poderia ser melhorada de fato se, a exemplo do que acontecia na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, associações particulares tomassem iniciativas e auxiliassem o Estado nas ações em favor deles. Benjamin Constant definiu algumas prioridades e passou a pressionar regularmente o governo a satisfazê-las. Reivindicou o aumento do número de alunos e empenhou-se na organização de um fundo patrimonial para o Instituto, que era mantido por verbas públicas e desprovido de recursos para atividades que não as estritamente ligadas à instrução dos cegos. O Instituto tinha em sua sede outro problema. Funcionara inicialmente em um próprio nacional, no bairro portuário da Gamboa, e em 1864 fora transferido para um edifício alugado no Campo da Aclamação (depois, Campo de Santana), onde deveria ficar provisoriamente enquanto o prédio original fosse reformado. Benjamin Constant, porém, investiu na construção de um novo edifício, de acordo com as especificações ditadas pela rotina e pela projetada expansão do Instituto. Escolheu um terreno, de propriedade particular do imperador, na praia da Saudade (atual avenida Pasteur), entre o Hospício de Pedro II e a Escola Militar. A pedra angular do novo prédio foi lançada em 1872, mas sua inauguração só aconteceria em 1890.

## REFORMADOR DA SOCIEDADE

Benjamin Constant dedicava suas energias também aos videntes. O recrudescimento das pressões abolicionistas após a Guerra do Paraguai encontrou-o numa fase decididamente reformista. Ao se casar com ele, Maria Joaquina trouxera alguns escravos como dote. Benjamin Constant abriu mão da parte que lhe cabia e os declarou, no que lhe dizia respeito, livres. Usava seus conhecimentos matemáticos para elaborar planos de loterias destinadas a arrecadar recursos para a formação de fundos com diversos fins: criar o “patrimônio dos meninos cegos e surdos-mudos”; construir “uma vasta casa para asilo dos voluntários da pátria e guerreiros inutilizados” e para beneficiar “instituições mantidas pelo Estado, à escolha do Governo”.

Tornou-se, em fevereiro de 1872, coadjuvante do curso superior da Escola Militar, passando a atuar em março como repetidor interino. Em maio de 1873, foi aprovado em concurso para a vaga de repetidor efetivo. Em novembro, classificou-se em primeiro lugar no concurso para lente interino, sendo nomeado em fevereiro do ano seguinte. Em 1875, lecionou ciências físicas e matemáticas na Escola Politécnica, recém-criada em substituição à Escola Central.

Nesse ínterim, fez, em 1874 e 1875, tentativas de entrar no mundo dos negócios. Integrou um grupo que tentou organizar a firma empreiteira Vico-Structora, e outro que planejou uma loteria para arrecadar 15 milhões de pesos que o governo do Uruguai pretendia levantar na praça de Londres. Os dois empreendimentos, contudo, não vingaram.

À época, tomou também iniciativas de amplitude mais social, intervindo no processo de extinção gradual da escravidão. Em 28 de setembro de 1871, o governo sancionara a Lei Rio Branco, que tinha como fim imediato estabelecer a emancipação das crianças recém-nascidas de mulheres escravas, que ficariam, até os oito anos, sob os cuidados compulsórios dos senhores de suas mães. A lei reformava também outros aspectos da organização escravista, pretendendo conduzi-la pacificamente na direção de um sistema de trabalho livre. Para isso, criou o Fundo de Emancipação, a ser composto com recursos

reunidos a partir de impostos sobre escravos, multas, contribuições e loterias nacionais. Regulamentado em novembro de 1872, o Fundo funcionou, entretanto, muito lentamente. Benjamin Constant dispôs-se a contribuir para seu êxito. Em 7 de junho de 1874 fez contatos com o visconde do Rio Branco, que fora amigo íntimo de seu sogro e ocupava então a pasta da Fazenda e a presidência do Conselho de Ministros, e apresentou-lhe dois projetos de loterias para arrecadar recursos para o Fundo, que não se sabe se foram adotados. De qualquer maneira, o Fundo não alcançou resultados expressivos, em parte porque nunca conseguiu reunir recursos suficientes para libertar um número significativo de escravos.

Preocupado com o futuro da família, quando pudesse deixá-la sem arrimo, começou a dedicar-se à ideia de organizar um sistema de seguro que evitasse situações semelhantes àquela enfrentada por sua mãe depois da morte do marido. Desde 1871, pelo menos, estivera envolvido teoricamente com o assunto. Nesse ano, fez estudos sobre o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado. Dava prioridade à situação das pessoas impedidas de trabalhar momentânea ou definitivamente, problema ainda não enfrentado pelas modalidades de seguro então praticadas no Brasil. Estudou as instituições previdenciárias existentes e, com base nos subsídios colhidos, concebeu uma associação que se chamaria Previdência – Associação de Socorros à Invalidez. Para fundá-la, reuniu um grupo que aprovou os estatutos da associação em setembro de 1873. Em janeiro de 1875 a Previdência teve seus estatutos oficializados por meio de decreto assinado pelo ministro do Império conselheiro João Alfredo, e em 8 de junho seguinte foi oficialmente instalada. O envolvimento com sociedades desse tipo – e isso se repetiria inúmeras vezes ao longo de sua vida – o afastava da ortodoxia positivista, segundo a qual apenas a humanidade poderia garantir soluções para os problemas dos indivíduos.

#### DISSEMINADOR DO POSITIVISMO



O cargo no Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi a primeira oportunidade que Benjamin Constant teve de enfrentar a questão filosófica da “regeneração social”, proposta por Auguste Comte. Tentaria, por meio da educação, contribuir para a reforma de alguns aspectos da sociedade brasileira, e esse esforço o conduziria ao exercício de outras funções públicas, sempre na área da educação, e marcaria de forma contínua suas tensas relações com o Estado imperial e com a facção organizada e militante da corrente positivista do Rio de Janeiro.

Há indícios de que, embora doente e em dificuldades financeiras, Benjamin Constant tentara organizar em 1868 um grupo de estudos positivistas. Um dos pioneiros no estudo, divulgação e aplicação da doutrina no Brasil, pagava por essa condição o preço do isolamento. Excetuados alguns professores da Escola Militar, que despertaram seu interesse pelo assunto, encontrara interlocutores apenas entre colegas, alguns dos quais se tornaram seus amigos para sempre. Trocavam livros e ideias, participavam das sessões do Instituto Politécnico Brasileiro (IPB), mas não tomavam qualquer iniciativa no sentido de organizar coletivamente suas atividades ou de dar-lhes um conteúdo de propaganda doutrinária sistemática. Ao ingressar no corpo docente da Escola Militar, passou a ter acesso a um auditório ampliado e em constante renovação, o que repercutiria no tipo de formação que os jovens lá encontrariam, mais voltada para a paz do que para a guerra.

Em 1º de abril de 1876, Benjamin Constant e um grupo de amigos fundaram a primeira associação positivista brasileira, que não chegou a ser batizada. A associação, cujo objetivo era organizar um curso científico e uma biblioteca, representava uma tentativa de reunir os adeptos do positivismo no Rio de Janeiro. Em setembro de 1878 – ano em que Benjamin Constant afinal deu aulas aos netos do imperador – o grupo fundou outra associação, agora para difundir a doutrina. A Sociedade Positivista foi declarada expressamente uma continuação da anterior, e Benjamin Constant assumiu a função de bibliotecário.

Com a ascensão de Miguel Lemos à presidência em 1881, a Sociedade Positivista transformou-se em Igreja Positivista Brasileira ou Centro Positivista Brasileiro. Pouco

tempo depois, começaram a manifestar-se divergências entre seus membros. Em janeiro de 1882, Benjamin Constant – que desde 1879 não era mais lente interino da Escola Politécnica, mas exercia, também interinamente, as funções de professor e diretor da recém-criada Escola Normal da Corte – desligou-se da associação. Alegou falta de tempo e de saúde e desejo de aprofundar-se nos estudos do positivismo, mas, na verdade, discordava da maneira como Miguel Lemos dirigia a Igreja e, em especial, da implantação de uma contribuição monetária obrigatória e da proibição do exercício de cargos públicos. Na condição de diretor efetivo da Escola Normal da Corte desde 1881, participou da organização do Congresso Pedagógico Brasileiro, promovido pelo governo. Como a Escola Normal viesse sendo discutida, em dezembro de 1882 o governo constituiu uma comissão para formular um projeto para reformá-la. Benjamin Constant a integrou, juntamente com o conselheiro Rodolfo de Sousa Dantas – ex-ministro do Império –, Rui Barbosa – jornalista, deputado pelo Partido Liberal e estudioso do sistema de ensino do país – e Balduino José Coelho – político e jornalista. Concluído o relatório da comissão em março de 1883, concentrou-se no Congresso Pedagógico, redigindo um trabalho sobre “escolas normais – sua organização, plano de estudos, métodos e programas de ensino”. Em sua comunicação, criticava duramente os responsáveis pelo ensino público primário no país, defendendo melhorias no plano pedagógico orientadas pela perspectiva positivista e sua extensão ao conjunto da população brasileira. Em 20 de maio de 1885 deixou a direção da Escola Normal, mantendo-se, porém, no cargo de professor interino da cadeira de elementos de mecânica e astronomia, em que foi efetivado em julho.

#### AS QUESTÕES MILITARES

Em meados da década de 1880, intensificaram-se conflitos entre o poder civil e grupos das Forças Armadas que vinham se manifestando, pelo menos, desde a década anterior. Já em 1879 uma tentativa de cortes nos orçamentos da Armada e do Exército, feita

pela Câmara dos Deputados, açulara os ânimos de oficiais das duas forças. A mobilização militar resultou em algumas punições, mas conseguiu que a proposta parlamentar fosse abandonada, embora já aprovada em segunda discussão.

A defesa de interesses corporativos levou os militares a tentar em 1881, na primeira experiência de eleições diretas no país, o envio de um representante ao Congresso. Os dois candidatos apresentados no Rio de Janeiro – um deles, o tenente-coronel Alfredo de Sena Madureira – foram derrotados, mas a campanha revelou forte hostilidade de setores militares aos políticos imperiais. Os problemas corporativos pelos quais estes eram responsabilizados diziam respeito, principalmente, ao pagamento incerto de pensões a órfãos, viúvas e inválidos e, até mesmo, dos soldos; o baixo valor dos soldos; a lentidão nas promoções; a inexistência de uma lei de aposentadoria compulsória que permitisse a abertura de vagas para oficiais jovens; o descumprimento da promessa imperial de dar prioridade para os veteranos da Guerra do Paraguai no preenchimento de vagas no serviço civil, e as más condições de trabalho. Ao mesmo tempo, setores do Exército formulavam críticas ao próprio regime político vigente. Jornais publicados por oficiais exigiam a abolição da escravidão, uma política imigratória, a construção de ferrovias e o protecionismo industrial. O mais poderoso fator de politização dos militares eram as divergências em torno da escravidão e da disciplina, que se tornavam faces de uma mesma moeda, já que a ampla simpatia de oficiais, inclusive de alta patente, pelo abolicionismo ia de encontro à orientação política das autoridades militares do Império escravocrata.

Em meados de 1883, foi apresentado no Senado projeto de lei que criava um montepio compulsório para os funcionários civis e militares, alterava as condições de reforma nas duas armas e tornava os empregados públicos passíveis de demissão a bem do serviço público. Houve nova mobilização militar, envolvendo oficiais, professores e alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro. O projeto era, contudo, inconstitucional, pois os funcionários públicos militares só podiam perder suas patentes por sentença proferida em juízo especial, e não vingou no Senado, o que propiciou o fim do conflito. Ainda nesse ano,

revigorou-se a tensão entre militares e autoridades civis, quando, em outubro, soldados da guarnição da Corte assassinaram o jornalista Apulcro de Castro, por considerarem que seu jornal – *O Corsário* – os estava difamando sistematicamente. A visita que, poucos dias depois do episódio, o imperador fez à unidade militar onde serviam os assassinos foi interpretada, por uns, como o reconhecimento da dignidade militar e, por outros, como a humilhação da Coroa perante a rebelião vitoriosa.

Em abril de 1884, a Escola de Tiro de Campo Grande, comandada pelo agora coronel Sena Madureira, recebeu com festas o jangadeiro Francisco do Nascimento, que se destacara na luta contra a escravidão no Ceará, abolida no mês anterior. Interpelado pelo ajudante-general do Exército, maior autoridade depois do ministro da Guerra, Sena Madureira se recusou a dar-lhe informações sobre o episódio, alegando que só devia satisfações ao conde d'Eu, comandante-geral da artilharia, à qual a escola era subordinada. Demitido do comando e repreendido em ordem do dia, Madureira foi transferido para o Rio Grande do Sul. O caso despertou polêmicas pelos jornais e, no Senado, o visconde de Pelotas, também militar, assumiu a defesa do oficial. A agitação envolveu a Escola Militar do Rio de Janeiro, onde o abolicionismo, em especial, e o republicanismo empolgavam um número crescente de alunos.

Ao mesmo tempo em que se aprofundava a politização dos alunos da Escola Militar, Benjamin Constant travava uma última batalha com a Monarquia em torno de seus direitos como professor. Pleiteava a promoção de repetidor efetivo a lente catedrático sem concurso, baseado em interpretação da legislação vigente.

Entrementes, novo conflito veio acirrar os ânimos entre militares e autoridades civis. Em junho, o coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos publicou na imprensa um artigo defendendo-se de violentas restrições, inclusive à sua dignidade pessoal, que um deputado piauiense lhe fizera na Câmara. O ministro da Guerra, Alfredo Chaves, o advertiu de que, por força de um aviso de 1859, não podia discutir assuntos políticos ou militares através da imprensa. O oficial pronunciou-se contra a interpretação que o ministro fizera do aviso,

sendo punido com censura e prisão disciplinar por dois dias. Em agosto, o visconde de Pelotas saiu em sua defesa no Senado, considerando a atitude do ministro uma ofensa a todos os oficiais do Exército, o que conferiu ao problema dimensões de questão nacional. Logo em seguida, o coronel Sena Madureira, agora comandante da Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo (RS), publicou no jornal republicano *A Federação*, de Porto Alegre, um manifesto em que relacionava o caso com a situação que acontecera com ele próprio. Sua tese era de que ambos haviam sido punidos com base em avisos ministeriais que iam contra o direito de livre manifestação do pensamento, garantido pela Constituição a todos os brasileiros. Em resposta, o ministro da Guerra aplicou-lhe a sanção de repreensão em ordem do dia e, diante do seu inconformismo com a pena, expresso no “Protesto” que publicou no mesmo jornal, exonerou-o do comando que exercia.

As punições sofridas por Sena Madureira mobilizaram a oficialidade da guarnição de Porto Alegre, que recebeu apoio de várias outras sediadas em diversos pontos da província, e do visconde de Pelotas, que voltou a discursar no Senado contra o ministro da Guerra.

Autorizados pelo comandante das armas e vice-presidente da província do Rio Grande do Sul, general Manuel Deodoro da Fonseca, os oficiais realizaram em fins de setembro uma reunião para anunciar que aderiam à tese da inconstitucionalidade dos avisos ministeriais que vinham sendo usados como base para as sanções. Em consequência, Deodoro foi demitido de suas funções e recambiado para o Rio de Janeiro, com outros líderes do movimento contestatório.

Nesse ínterim, Benjamin Constant decidiu, em meados de setembro de 1886, não mais entrar em concursos. Nada mais esperava do governo, dos partidos ou do imperador. Essa desesperança crescia em consonância com a radicalização progressiva da jovem oficialidade.

Em 9 de outubro Benjamin Constant e quatro colegas requereram a suspensão do concurso para lente catedrático da Escola Militar, anunciado no início de 1886. No dia seguinte, participou, a convite de alunos da Escola Militar, de uma reunião na Sociedade Francesa de

Ginástica, convocada para discutir a atitude dos colegas do Sul. Dirigiu inicialmente os trabalhos e apresentou uma moção em que os oficiais do Exército e da Armada presentes deixavam claro que a luta dos colegas do Rio Grande do Sul visava à defesa de seus direitos constitucionais. A moção, aprovada quase unanimemente por uma platéia constituída por maioria esmagadora de alunos da Escola Militar, desencadeou uma onda de manifestações de solidariedade de guarnições de vários pontos do país, bem como a reação do governo, que determinou a prisão de Sena Madureira. No dia 18, contudo, o Conselho Supremo Militar e de Justiça (CSMJ), órgão máximo da justiça militar, reconheceu que os oficiais tinham o direito de discutir qualquer assunto que não se referisse a matéria de serviço, interpretação reforçada alguns dias mais tarde pelo imperador, ao anunciar que os militares podiam manifestar-se sem restrições pela imprensa.

Em fins de outubro, foi suspenso o concurso para a Escola Militar e decidido que as vagas de lente catedrático, uma das quais Benjamin Constant pretendia ocupar, não seriam preenchidas. Em 3 de novembro, o governo reconheceu, com base em parecer do CSMJ, que os avisos em que se baseara para punir Cunha Matos e Sena Madureira eram inconstitucionais e informou que suspenderia as notas de repreensão se os oficiais prejudicados requeressem a medida, mas estes argumentaram que, se os avisos eram inconstitucionais, deveriam ser revogados por iniciativa das próprias autoridades.

Em 15 de novembro, Sena Madureira publicou um memorial em que pedia a convocação de um Conselho de Guerra – primeira instância da justiça militar – para provar que fora punido injustamente. A recusa do governo a convocar o conselho e a intransigência de Sena Madureira e Cunha Matos ensejaram a radicalização do engajamento de oficiais, inclusive Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, na Questão Militar, como o conflito começou a ser chamado. A reivindicação, pelos militares, de direitos políticos análogos aos exercidos pelos cidadãos civis implicava a contestação dos padrões disciplinares e hierárquicos que presidiam as relações entre os militares. Tal padrão baseava-se na idéia da “obediência passiva e inconsciente”, e os sucessivos conflitos entre oficiais e autoridades militares o

vinham erodindo desde a década anterior, abrindo caminho para a inserção de novos grupos das forças armadas na vida política nacional.

Desde 1871, discutia-se na imprensa republicana o papel do Exército no desenvolvimento nacional. Uma das idéias então elaboradas referia-se à possibilidade de uma nova forma de governo propiciar o surgimento de uma classe de “soldados-cidadãos”, que substituiriam os “cidadãos servis” que compunham o Exército permanente. A corrente de opinião que, a partir dessa perspectiva, se desenvolveu entre os republicanos evoluiu no sentido da formulação de uma estratégia de aliança com os militares na luta contra a Monarquia. A radicalização dessa tendência foi significativamente alimentada na década de 1880 por alguns órgãos da imprensa republicana – o *Diário de Notícias*, de Rui Barbosa, *O País*, de Quintino Bocaiúva, e *A Federação*, do Partido Republicano do Rio Grande do Sul –, que intervinham de maneira sistemática nas crises militares, procurando politizá-las ao bater na tecla de que os militares tinham o direito de questionar as normas disciplinares sempre que aplicadas contra a sua consciência.

As sucessivas experiências pessoais negativas com a máquina governamental, como militar-professor e como cidadão, decerto levaram Benjamin Constant a identificar-se com a doutrina do “soldado-cidadão”. É provável que, sendo leitor assinante de *O País* e da *Gazeta de Notícias*, também de orientação republicana, tenha chegado a essa convicção simultaneamente aos jornalistas, como um resultado natural da combinação de sua visão de mundo com os estímulos políticos propiciados pela Questão Militar. É desse período o trabalho que, em 21 de janeiro de 1887, certamente após algum tempo de elaboração, apresentou ao general Severiano Martins da Fonseca – seu amigo, diretor da Escola Militar do Rio de Janeiro e irmão do general Deodoro da Fonseca –, que lhe solicitara uma proposta de reforma do regulamento da instituição. Benjamin Constant justificou o projeto da mesma maneira que, 15 anos antes, o fizera com o plano geral de instrução que formulara para o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Se naquele caso partira do tratamento desigual dado pela sociedade a cegos e videntes, agora investia contra a

heterogeneidade cultural existente no seio do Exército, produzida pela formação dos oficiais de infantaria e cavalaria, que eram postos em situação de inferioridade em face dos seus colegas das armas “científicas”. Nos dois planos, a ideia central era a educação como um direito universal.

A evolução ideológica de Benjamin Constant o levava a superar o princípio comtiano de submissão que norteara sua compreensão das adversidades da vida até meados dos anos 1880. O princípio de obediência crítica e consciente que passou a orientar seus passos como “cidadão-soldado” tinha implicações políticas, embora não necessariamente partidárias, e, seguindo-os, estabelecia novas relações com a vida política, agora críticas, voltadas para o coletivo e potencialmente subversivas.

Uma nova reunião de oficiais foi realizada no dia 2 de fevereiro de 1887, agora no Teatro Recreio Dramático, no Rio de Janeiro. Benjamin Constant integrou a mesa diretora, presidida pelo general Deodoro da Fonseca. A assembléia, composta por cerca de duzentos oficiais, aprovou unanimemente uma moção, cujo conteúdo pode ser resumido a quatro deliberações: exigiam a anulação dos efeitos dos avisos; rejeitavam qualquer medida de punição aos oficiais envolvidos na Questão Militar; recorriam à intervenção do imperador para dirimir o conflito com o governo e delegavam poderes ao general Deodoro da Fonseca para negociar uma solução completa do conflito. Benjamin Constant interveio nas discussões para apoiar a moção e enfatizar que a conduta dos militares se pautava no respeito à lei, proferindo uma frase que se tornaria uma referência na história da participação dos militares brasileiros na política: “Esta é a posição única que deve ser tomada, porque, (...) se no regime democrático é condenada a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o predomínio da espada, que tem sempre mais fáceis e melhores meios de executar os abusos e as prepotências”. Pela primeira vez, colocava-se em posição ostensivamente antagônica ao governo, embora sem deixar de encarecer o respeito à legalidade e, portanto, ao regime.

Demitido de seu cargo por deliberação do Conselho de Ministros, o general Deodoro



publicou com o visconde de Pelotas, n' *O País* de 14 de maio, um manifesto em que, reivindicando a condição de “cidadãos armados”, ambos ameaçavam o Congresso caso este persistisse na violação da legalidade. O documento provocou a demissão do ministro da Guerra, que sugeriu ao imperador a reforma de Deodoro e não foi atendido. No Senado, Pelotas advertiu o barão de Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros, para a possibilidade de o governo perder o controle sobre o Exército, o que poderia ensejar uma revolução.

Ainda em maio, finalmente Pelotas acertou com Cotegipe uma fórmula conciliatória, apresentada no Senado em 20 de maio, na forma de indicação: o governo era convidado a suspender os efeitos dos avisos considerados inconstitucionais pelo CSMJ. A indicação foi aprovada pelo Senado, o governo aceitou o convite e cancelou as notas. Estava resolvida a pendência com os oficiais, mas o governo saía da crise gravemente desgastado.

Já os setores militares que se haviam envolvido no conflito resolveram organizar-se em âmbito nacional. Benjamin Constant engajou-se, com Deodoro e Sena Madureira, no projeto de organização, na Corte e em todas as guarnições importantes do país, de centros ou clubes militares análogos ao Clube Naval, fundado poucos anos antes. No dia 26 de junho de 1887, foi criado o Clube Militar da Corte, cujos estatutos, aprovados em assembleia geral realizada em 4 de julho, definiram como fins da entidade: estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais do Exército e Marinha e defender pela imprensa e junto aos poderes do Estado os direitos e legítimos interesses da “classe militar”. Benjamin Constant foi eleito para a primeira diretoria, no cargo de tesoureiro – em agosto, seria designado vice-presidente –, ao passo que Deodoro assumiu a presidência. Simultaneamente à criação do Clube Militar, surgiu a proposta de lançar uma candidatura militar à vaga aberta no Senado pela morte de um representante da província do Rio de Janeiro. Sugerido o nome do general Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant declarou que, jamais tendo votado, votaria em um candidato militar que não tivesse vínculos partidários e adotasse como programa a abolição da escravatura, a autonomia das

províncias, o casamento civil, a separação da Igreja e do Estado e a secularização dos cemitérios, pontos comuns a republicanos e a alguns setores liberais. Deodoro recebeu o apoio de republicanos e da Confederação Abolicionista. Realizado o pleito em 17 de julho, ficou em último lugar, mas os pouco mais de mil votos recebidos foram entendidos como um sinal do forte impacto das crises militares e do abolicionismo sobre o eleitorado, uma vez que a consulta fora feita no mais sólido reduto conservador-escravista do país.

A abolição foi a primeira grande questão nacional em que o Clube Militar interveio. O movimento social contra a escravidão ampliava-se, desenvolvendo novas formas de luta, principalmente nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. Aumentava rapidamente o número de casos de fugas de escravos das propriedades rurais, nem sempre pacíficas. As forças públicas provinciais e o Exército estavam sendo chamados a colaborar na perseguição aos evadidos das fazendas. Essa atribuição entrava em choque com a ampla tendência abolicionista existente entre os militares. Na primeira reunião do Clube Militar, realizada poucos dias após violento episódio de fuga de escravos em Itu (SP), Benjamin Constant perguntou a Deodoro se o Clube adotaria a bandeira da abolição. Nasceu aí a petição, datada de 25 de outubro de 1887, em que os membros do Clube Militar solicitaram à princesa Isabel – o imperador estava na Europa, tendo deixado a filha como regente – que não consentisse no emprego de forças do Exército na captura de escravos fugidos. A atitude teve ampla repercussão pública e, embora continuassem sendo enviados para operações de captura, os militares passaram a boicotar as missões.

Em fevereiro de 1888, a polícia da Corte prendeu o capitão-tenente da Armada Antônio José Leite Lobo, que reclamou de maus tratos na prisão, pelos quais responsabilizou o alferes comandante da unidade policial. O Clube Naval exigiu uma reparação do governo, que se comprometeu apenas a abrir um inquérito. Enquanto grupos de policiais e militares se enfrentavam nas ruas da cidade, no primeiro dia de março o Clube Militar constituiu, em assembleia geral, uma comissão para manifestar a adesão do Exército ao procedimento da Armada no caso. Benjamin Constant fez parte da comissão, que enviou ao Clube Naval

uma mensagem de apoio. Mais uma vez o governo cedeu às pressões dos militares, demitindo, sucessivamente, o alferes, o chefe de Polícia e, por fim, o próprio chefe do Governo, barão de Cotegepe, conservador escravocrata ardoroso, que foi substituído pelo conselheiro João Alfredo, do mesmo partido, mas defensor da abolição da escravatura. Benjamin Constant foi à Câmara dos Deputados no dia 8 de maio de 1888 para assistir à sessão em que João Alfredo apresentaria um projeto de abolição imediata da escravidão. Depois de discutido por três dias, o projeto foi aprovado e remetido imediatamente ao Senado, onde foi também sancionado. No dia 13 de maio, à tarde, foi tornado lei e referendado pela princesa Isabel. Nesse dia, Benjamin Constant descansava na ilha de Paquetá com a família e não assistiu às comemorações da abolição nas ruas da Corte. No dia seguinte, porém, estava de volta ao Rio de Janeiro e foi, com alunos, professores e a banda de música do Instituto dos Cegos, cumprimentar João Alfredo, e também à redação da *Cidade do Rio*, para congratular-se com José do Patrocínio, seu redator principal um dos principais líderes abolicionistas.

Promovido a tenente-coronel graduado em 30 de maio, Benjamin Constant foi convidado, no mês seguinte, a integrar a comissão criada para elaborar um projeto de reforma geral das escolas militares do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. A reforma deveria unificá-las de acordo com uma proposta que ele fizera no início do ano em relação à Escola Militar da Corte, aprovada unanimemente por sua congregação que, em seguida, solicitou a extensão do novo regulamento à sua congênere do Sul.

Nesse momento, a Escola Normal da corte também passava por reformas. Benjamin Constant entendia que seu regulamento, aprovado em 1881 e reformado em 1883, era essencialmente positivo, contendo “ideias de ordem e de progresso”. Os pontos do regulamento original de que ele não abria mão eram: funcionamento noturno da Escola e ausência de restrição ao número de matrículas. Desde muito tempo, porém, fazia restrições ao regulamento na parte reformada em 1883. Opunha-se à separação dos alunos por sexos e defendia a extinção do ensino religioso e uma pedagogia baseada nas idéias positivistas. A

reforma da Escola Normal foi decretada finalmente em 13 de outubro de 1888, e Benjamin Constant ainda tentou articular uma proposta alternativa, mas não obteve êxito.

Quanto à Escola Militar, pareciam maiores as suas possibilidades de influir no processo de reforma. O general Severiano da Fonseca encarregou-o de redigir o relatório da comissão. Em 31 de outubro, Benjamin Constant apresentou-lhe o rascunho do trabalho, na forma de parecer, todo construído sobre as mesmas premissas positivistas que haviam orientado o projeto de regulamento da Escola. Reforçava-se a caracterização do militar como cidadão e soldado e avançava-se a tese que se tornaria a marca da sua contribuição à história do pensamento militar brasileiro do século XIX: “Os exércitos têm hoje uma alta e sublime missão, porque é mais humanitária do que guerreira: garantir a evolução do verdadeiro progresso humano que tende cada vez mais para o regime industrial e pacífico e [para o] fraternal conagraçamento dos povos”.

Em 7 de dezembro Benjamin Constant – desde 15 de novembro ostentando a patente de tenente-coronel por antiguidade – participou do Conselho de Disciplina da Escola Militar para examinar uma questão de conduta do aluno, e futuro escritor, Euclides Rodrigues da Cunha. No dia 4 do mês anterior, durante ato de continência do corpo de alunos ao ministro da Guerra, ele saíra de forma intempestivamente, tentara quebrar seu sabre-baioneta e, não o conseguindo, o atirara ao chão. Benjamin Constant foi voto vencido, e o aluno, desligado da Escola Militar e condenado a um mês de prisão na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1889, voltou a reger a cadeira de matemática elementar e escrituração mercantil na Escola Normal. Entrou, porém, no gozo de uma licença para tratamento de saúde e viajou para Lambari (MG) com a família. Deixava o Clube Militar acéfalo, pois exercia a presidência no lugar de Deodoro, que fora no mês anterior transferido para Mato Grosso. Em Lambari teve, segundo Raimundo Teixeira Mendes, seu primeiro biógrafo, encontros com republicanos, com quem teria discutido a situação política do país. Um deles, Américo Werneck, teria tentado, sem êxito, convencê-lo a liderar um movimento

insurrecional. Esses contatos lhe teriam causado profunda impressão, levando-o a confidenciar à esposa o pressentimento de que grandes eventos se dariam naquele ano e ele não lhes poderia ficar alheio.

Em 23 de fevereiro, Benjamin Constant foi ao Rio de Janeiro para uma reunião com o general Severiano da Fonseca, em torno da reforma das escolas militares. Embora mal de saúde, deveria reunir-se também com o ministro da Guerra, [HYPERLINK](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tom%C3%A1s_Jos%C3%A9_Coelho_de_Almeida)

"[http://pt.wikipedia.org/wiki/Tom%C3%A1s\\_Jos%C3%A9\\_Coelho\\_de\\_Almeida](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tom%C3%A1s_Jos%C3%A9_Coelho_de_Almeida)"\o "Tomás José Coelho de Almeida" Tomás José Coelho de Almeida. Na Corte, soube que o governo pretendia envolvê-lo na reestruturação geral do ensino militar, que incluiria, entre outras medidas, criar a Escola Superior de Guerra (ESG) e nomeá-lo vice-diretor da instituição, acumulando os vencimentos de lente. Dizia-se, também, que lhe seria concedido o título de conselheiro. A reunião com o ministro da Guerra durou quase a tarde toda do dia 23. Benjamin Constant criticou energicamente o projeto do governo.

Aproveitou a reunião para conseguir do ministro que não o nomeasse conselheiro. Nos dias seguintes participou de várias outras reuniões e, em 6 de março, finalmente, entregou ao ministro da Guerra os planos de reforma, fazendo questão de frisar que não abria mão do princípio de vitaliciedade para as corporações docentes. Ao despedirem-se, o ministro lhe ofereceu o cargo de vice-diretor da futura Escola Superior de Guerra. Benjamin Constant pediu-lhe tempo para resolver se aceitaria, o que não viria a acontecer.

Nos dias que se seguiram, a reforma do regulamento das escolas militares ficou na dependência das discussões do ministro da Guerra com o imperador. Afinal, em 9 de março o governo baixou o decreto de reforma do ensino militar. A Escola Militar foi desmembrada, criando-se a Escola Superior de Guerra, onde passariam a funcionar os cursos de artilharia, engenharia e estado-maior. Na nova escola, localizada no bairro carioca de São Cristóvão, seria ministrada instrução teórica e prática a oficiais que, tendo-se distinguido pelo rendimento acadêmico, fossem propostos para os cursos superiores. O plano de ensino não contemplava as sugestões apresentadas por Benjamin Constant.

Nomeado lente catedrático da Escola Superior de Guerra em 23 de março, três dias depois recebeu o título de doutor em ciências físicas e matemáticas. No dia 20 de maio requereu a jubilação como professor da Escola Normal, que seria deferida em 24 de junho, e quatro dias depois solicitou ao governo certidão de tempo de serviço no Imperial Colégio de Pedro II, Instituto Comercial e Escola Normal.

### O GOLPE REPUBLICANO

Em 13 de setembro, novo atrito com autoridades civis realimentou a mobilização militar. Aconteceu de o presidente do Conselho de Ministros, visconde de Ouro Preto, chegar ao prédio do Ministério da Fazenda e não encontrar no posto o chefe da guarda, tenente Pedro Carolino Pinto de Almeida. Entendendo que o oficial dormia em serviço, ordenou sua prisão. O tenente explicou que se ausentara para satisfazer necessidades fisiológicas, mas a ordem foi mantida.

O “incidente Carolino” teve, desde o início, suas dimensões potencializadas pela ação política de setores civis e militares. A nomeação do conselheiro Cândido de Oliveira para a pasta da Guerra, embora em substituição temporária ao titular, visconde de Maracaju – no cargo desde 7 de junho –, desagradara profundamente aos grupos ainda marcados pela Questão Militar, durante a qual se haviam antagonizado com ele. Ao mesmo tempo em que a imprensa oposicionista tomava o caso como pretexto para fustigar o governo, o ministro da Guerra confirmava a prisão do tenente, fixando a duração da pena em oito dias.

A atitude do ministro provocou movimentações militares que logo envolveram Benjamin Constant. Em 15 de setembro de 1889, um grupo integrado por alunos da Escola Superior de Guerra e outros jovens oficiais, num total de 40 membros do Clube Militar, solicitou ao general Deodoro, que retornara dois dias antes à Corte, a convocação de uma sessão extraordinária para tratar do “caso Carolino”. Deodoro respondeu que naquele momento não havia necessidade de realizar a sessão. De acordo com os Estatutos do Clube Militar, o número de assinaturas garantia a convocação da sessão, e os oficiais recorreram a Benjamin

Constant, que pressionou Deodoro a realizar uma sessão de protesto. Estando doente o presidente do Clube, ele se dispôs a presidir a sessão solicitada.

Benjamin Constant estava na presidência do Clube Militar quando eclodiu mais um conflito entre o ministro da Guerra e um oficial. Dessa vez, o pivô foi o tenente-coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet, comandante da Escola Militar do Ceará. Disputas em torno do preenchimento de uma vaga de instrutor, resolvidas por força de empenhos políticos, fizeram com que, sentindo-se desprestigiado, ele anunciasse que pediria demissão do cargo. A reação do ministro da Guerra, conselheiro Cândido de Oliveira, foi violenta: no dia 23, demitiu-o “a bem do serviço público” e ordenou que fosse submetido à justiça castrense por infração das regras de disciplina e desrespeito à hierarquia militar.

Na manhã desse mesmo dia, Benjamin Constant foi à Escola Militar, onde as autoridades ofereciam uma festa aos oficiais do cruzador chileno *Almirante Cochrane*, chegado havia pouco ao Rio de Janeiro em visita de cortesia. Fora convidado pelos alunos, já que não integrava mais o quadro docente da escola. Fizeram-se brindes às autoridades presentes, e em seguida um aluno propôs que se brindasse a ele. Mal se levantou para agradecer, foi entusiasticamente saudado pelos alunos com uma prolongada chuva de flores e palmas. Discursou por mais de uma hora, voltando a defender a idéia do soldado-cidadão e a doutrina da destinação pacífica para os exércitos. Por fim, criticou o governo, ali representado pelo ministro da Guerra, responsabilizando-o pelos conflitos entre o Exército e o poder.

Rumores de que o governo o puniria deixaram a mocidade militar em pé de guerra e ansiosa por demonstrar-lhe solidariedade. Na Escola Superior de Guerra prepararam uma festa-surpresa. No dia 26, ao fim da aula, alunos e oficiais invadiram a sala e o homenagearam pelo discurso do dia 23. Três oradores ressaltaram, em apaixonados discursos, a defesa que ele fizera “dos direitos e brios do Exército e Armada nacionais”. Em resposta, Benjamin Constant voltou a expor sua concepção do papel do exército na sociedade moderna, subordinado à “tendência da humanidade para uma geral

confraternização no meio dos benefícios da paz”. Diante da mocidade militar lamentou que, já “velho e alquebrado”, não pudesse assistir à realização de um verdadeiro sonho: a confraternização da América e a deposição das armas nos museus. Ainda na Escola, recebeu um bilhete do líder republicano Quintino Bocaiúva, que lhe pedia um encontro. No almoço, Benjamin Constant recebeu uma mensagem assinada naquele mesmo dia por 39 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, primeira de uma série de seis declarações de teor análogo que receberia antes de 15 de novembro e que ficariam conhecidas como “pactos de sangue”. O texto denunciava os políticos como inimigos da nação, proclamava a solidariedade a Benjamin Constant e lhe pedia que os liderasse na luta pela liberdade. O encontro solicitado por Quintino Bocaiúva aconteceu no dia seguinte, 27 de outubro, na residência de Benjamin Constant. Decidiram que seria conveniente a publicação de artigos que acirrassem o ânimo do Exército contra o governo, atribuindo-lhe medidas para abater o moral e a economia pessoal dos militares, bem como seus direitos à estabilidade e vitaliciedade no cargo. Nos dias seguintes, *O País* publicaria vários artigos na linha acertada, um dos quais acusaria o governo de pretender reapresentar ao Parlamento a lei do montepio obrigatório, considerada pelos militares lesiva a seus direitos e brios. Esse artigo, comentado e endossado em seguida por Rui Barbosa nas páginas do *Diário de Notícias*, teria repercussão explosiva sobre a oficialidade do Exército. Enquanto as autoridades distribuíam algumas punições – demissão do comandante da Escola Superior de Guerra e censura aos oradores –, Benjamin Constant se encontrava no dia 30 com o líder republicano Aristides da Silveira Lobo em seu escritório, no centro da cidade. Conspiravam intensamente, mas o imperador não parecia dar-se conta da gravidade da situação. Do palácio de São Cristóvão, o que transpirava era o empenho com que estava sendo organizado um baile, marcado para o dia 9 de novembro na ilha Fiscal, próxima do cais da cidade. Seria mais uma homenagem – a mais exuberante, esperava-se – à oficialidade do *Almirante Cochrane*. Benjamin Constant e sua família foram incluídos entre as centenas de convidados. Suas filhas solteiras ficaram muito excitadas com a idéia, mas



talvez o convite tenha chegado em cima da hora, porque elas não puderam aprontar os vestidos a tempo.

No dia 6 de novembro, Benjamin Constant se reuniu com seu filho, seu irmão Marciano e alguns jovens oficiais para discutir a questão militar. Combinaram para o dia 8 uma reunião secreta de alguns membros do Clube Militar e outra, aberta, para o dia 9. Resolveram, também, tomar providências para evitar suspeitas por parte do governo: a reunião do Clube Militar deveria realizar-se com toda discrição; como demonstração de disciplina, dariam um jeito de tornar público que aceitavam o anunciado embarque do 22º Regimento de Infantaria para o Amazonas, que os militares estavam entendendo como uma medida tomada pelo governo para dividi-los. Ainda na reunião, Benjamin Constant defendeu um tratamento respeitoso para o imperador na hipótese de mudança de regime, opondo-se ao alferes Joaquim Inácio Cardoso, que defendeu seu fuzilamento, caso se recusasse a partir para o exílio. No dia seguinte, nova reunião em sua residência, agora com a presença de Quintino Bocaiúva, decidiu que era hora de encontrarem-se os chefes republicanos com Deodoro para definir a organização do futuro governo provisório.

No dia 8, o *Diário de Notícias* publicou o artigo “Questão militar”, de Rui Barbosa, altamente elogioso a Benjamin Constant. À noite, realizou-se no Clube Militar a reunião secreta combinada no dia 6. No encontro ficou decidido o encaminhamento que se daria ao problema da direção do trabalho de organização política e militar do golpe republicano.

No dia 9, quando se faria a reunião pública do Clube Militar, a cidade vivia a expectativa do baile na ilha Fiscal. Pela manhã, Benjamin Constant leu no *Diário de Notícias* outro artigo de Rui Barbosa – “Plano contra a pátria”. Procurou o autor em seu escritório e conversaram sobre a situação política, que caracterizaram como de “explosão iminente”. Impedido o general Deodoro por seu estado de saúde, a presidência da reunião coube a Benjamin Constant. Embora o Clube Militar estivesse um tanto abandonado, contando então com apenas cerca de 120 sócios e uma participação insignificante de oficiais superiores, havia 116 presentes à sessão, graças ao esforço de filiação em massa que fora

desenvolvido nos dias anteriores. Benjamin Constant levantou o problema da direção do movimento, solicitando “que lhe fossem dados plenos poderes para tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com sua honra e dignidade”. Aprovado por unanimidade o pedido, Benjamin Constant fez um pronunciamento final, pedindo alguns dias para desincumbir-se da missão.

No dia seguinte, Benjamin Constant iniciou o cumprimento do mandato recebido no Clube Militar. Não tomou, contudo, qualquer iniciativa de contato com o governo. Ao invés, depois do almoço e ainda sob o impacto da partida, pela manhã, do 22º Batalhão para o Amazonas, procurou Deodoro em sua residência. Segundo relatos feitos por ele mesmo, conseguiu convencer o general a liderar um movimento pela implantação da república no país. No dia seguinte organizou uma reunião entre Deodoro, Rui Barbosa, Francisco Glicério, representante dos republicanos paulistas, e alguns oficiais. Na ocasião, defendeu a proposta de uma intervenção militar no cenário político voltada para a destruição da monarquia, após o que o Exército se recolheria aos quartéis, entregando o governo da nação ao poder civil. Selara-se o acordo entre o mais prestigiado chefe militar e a direção do Partido Republicano em torno do projeto de substituição da Monarquia pela República. Enquanto essas manifestações aconteciam, um emissário de Benjamin Constant fazia contato com o grupo republicano, de tendência positivista e divergente da direção nacional do Partido Republicano, liderado por Antônio da Silva Jardim e Aníbal Falcão. Em curta entrevista com Aníbal Falcão, Benjamin Constant o pôs a par do movimento, que garantiu ser federalista e civil-militar. Oficiais de altas patentes também foram sondados quanto à possibilidade de aderirem ao movimento. O general Floriano Peixoto, então no cargo de ajudante-general do Exército, foi um deles, mas nas oportunidades em que foi procurado em casa estava sempre com visitas. Um oficial amigo seu conseguiu, afinal, falar-lhe e recebeu dele conselhos no sentido de apoiar os camaradas caso se tratasse de um movimento sério em que todos estivessem unidos.

Avisos chegaram ao governo, muitos deles anônimos, dando conta de que algo se tramava

em corpos militares. Mas o ministro da Guerra e o ajudante-general sempre tranquilizavam o governo. No dia 12 de novembro, enquanto se realizava uma reunião do Gabinete, Benjamin Constant consolidou apoio da Armada ao movimento, em contatos com o contra-almirante Eduardo Wandenkolk e outros oficiais.

Dois dias depois, em reunião entre Benjamin Constant, Aristides Lobo, o tenente Lauro Sodré, o general Almeida Barreto, o coronel Cândido José da Costa e o major Sólon Ribeiro, acertou-se que a insurreição aconteceria no dia 16 de novembro e que se tomariam as seguintes providências: assaltar a Secretaria de Estado onde estivessem reunidos os ministros, que seriam presos; enviar o 7º Regimento de Infantaria para o Arsenal de Guerra, com o objetivo de tomá-lo e dali enviar recursos para as demais forças; provocar a saída das tropas aquarteladas no Campo de Santana (Campo da Aclamação); fazer marchar o Batalhão de Engenheiros de Realengo com as metralhadoras e a munição que se pudesse reunir.

Na noite do dia 14 de novembro, Benjamin Constant encontrou o general Deodoro em más condições de saúde, o que, aliado à imprecisão das informações militares, o levou a decidir pelo adiamento da ação insurrecional por um ou dois dias. O governo teve notícia de que circulavam na cidade rumores de que pretendia prender Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Tratava-se, na verdade, de um boato que o major Sólon resolvera disseminar para precipitar os acontecimentos. Informado de que o 1º Regimento de Cavalaria estava em armas, o visconde de Ouro Preto convocou os ministros para uma reunião, por volta das 11 horas da noite, no Quartel-General do Exército, no Campo de Santana. No pátio interior do quartel e em frente ao prédio, foram postados cerca de dois mil homens, pertencentes ao 7º e ao 10º Batalhão de Infantaria de Linha, ao Corpo Policial da Corte, ao Corpo de Bombeiros e à Armada.

De fato, instigados pelos boatos, os corpos aquartelados no bairro de São Cristóvão haviam decidido pôr-se em armas e aguardar a chegada dos chefes. Na madrugada de 15 de novembro, Benjamin Constant foi procurado em sua residência no Instituto dos Cegos e

conduzido ao Quartel-General do Exército para tomar a frente das forças rebeldes – 1º e 3º regimentos de cavalaria e 2º Regimento de Artilharia de Campanha, que formavam a 2ª Brigada do Exército. Enviou então um aviso a Deodoro, que, apesar das precárias condições físicas em que se achava, seguiu para o Campo de Santana, bem próximo à sua residência e ali assumiu o comando das tropas rebeldes. Aconteceu nesse momento o único episódio sangrento do dia: o ministro da Marinha, barão de Ladário, dirigia-se ao Quartel-General quando recebeu ordem de prisão de um tenente e reagiu, ficando ferido.

Em poucos minutos a força que guarnecia o Quartel-General foi cercada, sem reação, pelo 9º Regimento de Cavalaria. Alinhadas as tropas de artilharia em frente ao prédio, as da Armada e da Polícia confraternizaram com os rebeldes.

Deposto o governo, Benjamin Constant, Deodoro, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e outros líderes do movimento reuniram-se para discutir as bases do governo provisório republicano, enquanto, na Câmara Municipal, José do Patrocínio, na condição de vereador mais moço, dava por oficialmente proclamada a República. No dia seguinte, o primeiro número do *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil* informava a composição do novo governo: Deodoro da Fonseca, presidente; Benjamin Constant (Guerra); Aristides Lobo (Ministério do Interior), Rui Barbosa (Fazenda), Eduardo Wandenkolk (Marinha), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores, cumulativamente com Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enquanto o futuro titular, Demétrio Ribeiro, não chegava do Rio Grande do Sul). Também ainda não se encontrava no Rio de Janeiro o futuro ministro da Justiça, Manuel Ferraz de Campos Sales, de São Paulo. Na tarde do dia 16, o governo provisório prestou juramento na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

#### MINISTRO DA GUERRA

Na posição de ministro da Guerra, Benjamin Constant coordenava o deslocamento de batalhões e munições pelas estradas de ferro do país, visando, em geral, a definição e consolidação de situações políticas. Ao mesmo tempo, estabelecia, a cada instante, o

procedimento em relação aos líderes do regime deposto. As indicações para os postos de poder dependiam em geral da sua anuência. As forças regionais buscavam tomar a dianteira no processo de organização política e disputavam o reconhecimento militar, desencadeando frequentemente conflitos que a luta contra a monarquia não provocara.

Questões análogas surgiram no interior da frente antimonarquista quando da organização do poder no plano federal. A heterogeneidade da equipe logo produziria o desencontro de atos dos membros do governo. Para equacionar o problema, foi criado o Conselho de Ministros. Uma das questões capitais a ser enfrentada era a natureza do Estado a ser construído sob a forma republicana. Predominava entre os republicanos o modelo liberal-federalista. Entretanto, a presença de dois positivistas conhecidos – Benjamin Constant e Demétrio Ribeiro – no Governo Provisório era vista por muitos como uma ameaçadora possibilidade de solução ditatorial. No entanto, o Governo Provisório, constituído como uma ditadura por força da sua própria origem, estabeleceu inicialmente um plano de reorganização política do país que tinha como objetivo máximo a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. O primeiro passo nesse sentido foi a promulgação, em 19 de novembro, do decreto que considerava eleitor todo cidadão brasileiro que soubesse ler e escrever, a despeito da renda que auferisse, substituindo, portanto, o critério censitário econômico prevalecente no Império pelo educacional.

A orientação inicial do Governo Provisório encontrou resistência da corrente positivista militante, e Benjamin Constant tentou afastá-la da proposta de implantação da “ditadura republicana”. Acreditava que a sorte da República dependia da estabilidade do Governo Provisório, da qual supunha fiador o Exército, em cujas fileiras a mocidade militar, em boa parte positivista, se destacava como vanguarda. Era preciso, portanto, para que a República vingasse, que o Exército assimilasse a ação política da jovem oficialidade, cuja facção positivista deveria, por sua vez, entender o avanço que a República possível representava para o plano de transição rumo à sociedade positiva.

Benjamin Constant agiria para que seus ex-alunos se integrassem totalmente à vida política

do país. Além de abrir-lhes a administração pública, nomeando-os para cargos de todos os tipos, conseguiu que o Conselho de Ministros deferisse o pedido feito pelos estudantes das escolas militares e cursos superiores de instrução para que não se lhes negasse o direito de voto. Também os estudantes civis mobilizados militarmente eram objeto da sua simpatia. Regulamentou e definiu os uniformes do Batalhão Acadêmico e dos batalhões patrióticos e deferiu os requerimentos que os jovens arregimentados lhe encaminharam no sentido de servirem por três anos apenas e só serem aquartelados quando isso fosse indispensável. A relação de apoio mútuo que Benjamin Constant mantinha com a mocidade militar despertava fortes apreensões. O Governo Provisório garantia o respeito a todos os direitos adquiridos e a todos os contratos vigentes. Com isso, tranquilizara a opinião pública interna e externa a respeito da possibilidade de acontecer o que é comum nos períodos revolucionários: a população – em particular, comerciantes, industriais e banqueiros – entrar em pânico. Mas a preponderância de quadros positivistas em setores do governo era vista como uma ameaça à reconstitucionalização do país.

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 21 de dezembro de 1889, foi uma séria derrota para os defensores do adiamento *sine die* da democratização do país. O programa de institucionalização republicana não seria implementado, entretanto, sem enfrentar outro tipo de fantasma político: a reação monarquista. O receio resultava do clima alimentado interna e externamente por uma onda de boatos que anunciavam a iminência de graves perturbações da ordem pública.

Houve, de fato, focos de resistência em alguns pontos do país, mas eram casos isolados que não serviam de base à formação de um partido restaurador. Foram poucos os chefes monarquistas que não haviam aderido à República. Ainda assim, a hipótese de reação monarquista deu ensejo a uma série de medidas preventivas que acentuaram a face ditatorial do Governo Provisório. No dia 23 de dezembro foi baixado um decreto, que a oposição logo apelidaria de “decreto-rolha”, pelo qual poderia ser julgado militarmente, por uma comissão formada pelo ministro da Guerra, e punido com as “penas de sedição”

qualquer indivíduo que conspirasse ou atentasse contra a República. Para executar o decreto, Benjamin Constant organizou a Comissão Mista Militar de Sindicâncias, que agiu com severidade e aplicou pesadas penas, inclusive a de morte. A imprensa foi duramente atingida pelo “decreto-rolha”. A *Tribuna Liberal*, monarquista, foi impedida de circular, enquanto outros jornais, ameaçados, restringiram drasticamente o noticiário político.

Ainda em dezembro, Benjamin Constant tornou-se segundo vice-chefe do Governo Provisório – para primeiro vice-chefe foi nomeado Rui Barbosa –, cargo criado por decreto do dia 31 e motivado pela piora do estado de saúde de Deodoro. Embora a nomeação tivesse cabido ao chefe do governo, as relações entre ele e Benjamin Constant estavam se tornando extremamente tensas.

Um dos principais fatores de crise residia no tratamento dado às reivindicações dos militares em geral e, em particular, daqueles que haviam participado ativamente do golpe republicano. Benjamin Constant foi decisivo na concessão de substantivos reajustes nos soldos, mas, quando se tratou de promoções, atritou-se com Deodoro, que quis concedê-las de forma generalizada nas forças armadas. A divergência se estendeu às respectivas áreas de influência na oficialidade, com acusações mútuas de favorecimento. Ao fim, as promoções foram concedidas em massa e a título de recompensa por “serviços relevantes” à proclamação da República, beneficiando oficiais ligados a ambos os líderes. Estes também teriam suas recompensas por virtudes republicanas, quando, em 15 de janeiro, durante uma festividade pública, foram promovidos “por aclamação” os três principais militares integrantes do Governo Provisório: Deodoro, a marechal; Benjamin Constant, a general de brigada, e Eduardo Wandenkolk, a vice-almirante. Embora declarando na hora não achar oportuna a promoção, Benjamin Constant acabou aceitando as dragonas que, como costumava dizer em família, lhe queimariam os pulsos até o fim da vida.

Benjamin Constant também entrou em conflito com Deodoro a respeito do processo político do país. Em janeiro de 1890, opôs-se à renovação do “decreto-rolha”, proposta pelo chefe de governo para reprimir a *Gazeta de Notícias*, que criticava a política bancária que

ficaria conhecida como Encilhamento. Defendeu um governo forte – uma “ditadura progressista” –, porque entendia que o fortalecimento da autoridade era condição para a estabilidade da República, mas não a centralização em torno de Deodoro. Para ele, os membros do Governo Provisório eram ministros, não simples secretários do chefe, e deveriam ter responsabilidades de governo. Inseguro quanto à disposição de Deodoro para manter a agenda reconstitucionalizadora, declarou publicamente que o Governo Provisório manteria a data das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, previstas para 15 de setembro.

Embora essas posições desviassem da ortodoxia positivista, Benjamin Constant obteve o endosso do Centro Positivista Francês, então dirigido por Pierre Laffitte, igualmente heterodoxo em relação a importantes questões políticas. Entretanto, sua posição estratégica no governo não trouxe para o programa positivista ganhos proporcionais. Foi pouco expressivo seu papel na aprovação de medidas inspiradas na doutrina de Auguste Comte. Apoiou integralmente os projetos apresentados por Demétrio Ribeiro que estabeleciam a plena liberdade de cultos, aboliam a união legal da Igreja com o Estado, secularizavam os serviços prestados por hospitais e cemitérios, bem como os registros de nascimentos e óbitos, e restringiam o reconhecimento oficial ao casamento civil. Rui Barbosa apresentou outro projeto relativo ao assunto e, como Demétrio Ribeiro entendesse que ambos concordavam no essencial, o texto do ministro da Fazenda foi transformado em lei. Reunido o Conselho em 15 de março, Deodoro declarou-se contrariado com algumas irregularidades que estariam ocorrendo na administração. Referia-se a um artigo publicado no *Jornal do Comércio* pelo major Jaime Benévolo contra o ministro da Justiça, Cesário Alvim – no cargo desde 11 de fevereiro –, a artigos publicados no *Democracia* pelo capitão Saturnino Cardoso, e à prisão que impusera ao tenente Odilon Benévolo “por hostilizar o governo”. Os três eram ex-alunos e seguidores de Benjamin Constant, e Deodoro, irritado, observou que já havia chamado sua atenção para esses problemas: “parece, porém, que as providências tomadas não foram bastante enérgicas e não produziram o efeito desejado”. Se



não fossem tomadas pelo ministro da Guerra medidas mais severas, ele mesmo as tomaria, porque, a haver um Exército desmoralizado, era preferível não haver Exército: dissolvê-lo, portanto, se a isso fosse levado pela “anarquia e desrespeito ao princípio militar”.

Benjamin Constant deu conta das medidas que vinha tomando “para evitar as revoltas e manifestações de indisciplina”, asseverando que, para abafar “qualquer tentativa reacionária”, dispunha de elementos previstos em lei que eram suficientes, pelo que se eximia de propor a criação de novas medidas.

No dia 12 de abril, Benjamin Constant apresentou ao Conselho de Ministros o projeto de reforma do ensino nas escolas do Exército, que foi transformado no Decreto nº 330. O novo regulamento do ensino militar deu continuidade às suas preocupações com a formação dos futuros oficiais, que deveriam receber uma educação integral positivista, baseada na classificação enciclopédica das ciências, que os prepararia para o exercício dos deveres de “cidadão-armado”. Tais diretrizes visavam à modernização moral e teórica do soldado brasileiro, sem, contudo, “desviá-lo de seus deveres como cidadão no seio do lar e no seio da Pátria”. Para que o futuro oficial tivesse uma sólida preparação científica, introduziram-se no currículo as cadeiras de biologia, sociologia e moral. Depois, viria a formação estritamente profissional. Em geral, acusou-se o regulamento de ter valorizado excessivamente o aspecto científico do plano de ensino e descuidado da formação militar dos alunos. O Apostolado Positivista, por seu turno, o questionou radicalmente, considerando-o incompatível com a doutrina positivista.

#### MINISTRO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, CORREIOS E TELÉGRAFOS

Já cogitada durante o Império, a criação de um ministério voltado prioritariamente para a instrução pública não foi uma das prioridades do Governo Provisório republicano. Nos primeiros meses do novo regime, os assuntos da área permaneceram na jurisdição do Ministério do Interior. A criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios de Telégrafos, em 19 de abril de 1890, foi, mais do que a concretização

de um item de programa, a forma encontrada para afastar Benjamin Constant da pasta da Guerra. Considerado incapaz de enfrentar as questões disciplinares no meio militar, principalmente aquelas que envolviam os jovens oficiais aos quais era ligado, sua remoção constituía um problema delicado, em vista da posição política e simbólica que ocupava desde o golpe republicano. Assim, membros do Governo Provisório arquitetaram uma transferência honrosa, já que no novo ministério Benjamin Constant poderia dedicar-se à área para a qual se demonstrava verdadeiramente vocacionado. Ainda foi titular do Ministério da Guerra até junho, quando o passou para Floriano Peixoto, mais experiente em assuntos da caserna.

Benjamin Constant se dedicou à instrução pública até o limite de sua saúde. Em relação à Escola Normal e ao Instituto Nacional dos Cegos (antigo Imperial Instituto dos Meninos Cegos), baixou em 17 de maio regulamentos que implantavam ideias pela quais se batera inutilmente durante o Império, em especial planos pedagógicos de inspiração positivista. Visando reorganizar o sistema de instrução pública, criou em 16 de agosto o Pedagogium, concebido para ser o centro propulsor de reformas e melhoramentos da formação dos professores. Com esse mesmo fim, passaram a ser concedidas bolsas de viagens a professores e pesquisadores de diversas áreas para que se atualizassem nos conhecimentos relativos às suas atividades. Artistas também foram enviados à Europa, no gozo de prêmios e bolsas.

Embora afastado do Ministério da Guerra, Benjamin Constant não deixara o epicentro da tensa conjuntura política. No dia 4 de setembro, um decreto oficializou sua promoção a general-brigadeiro. No entanto, rumores de que pretendia candidatar-se à presidência da República, sempre desmentidos por ele, o antagonizavam com Deodoro, efetivo postulante ao cargo, e seus apoiadores, acrescentando gravidade a conflitos de menor importância, como a indicação para cargos subalternos em órgãos federais nos estados. Em fins de setembro, uma reunião do Conselho de Ministros foi o palco em que tais conflitos quase resultaram, segundo testemunhas, em duelo entre os dois militares. Benjamin Constant

pediu imediatamente demissão do cargo de ministro, sendo convencido por colegas, e pelo próprio chefe de governo, a voltar atrás, para não agravar a situação política do país. É consensual nos registros familiares que esse incidente teve efeito devastador sobre a saúde de Benjamin Constant. Não tinha mais condições para trabalhar e recusou no mês seguinte uma comissão para mediar disputas entre o Ministério da Agricultura e o governo do estado do Rio de Janeiro em torno de uma estrada de ferro. Optou por se concentrar na reforma do ensino, cujos projetos desejava concluir antes do primeiro aniversário do golpe republicano. Reconciliado com Deodoro após um encontro acontecido em 5 de novembro, conseguiu, três dias depois, decretar a reforma da instrução pública. O novo regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal equacionou algumas das questões gerais que haviam polarizado as discussões sobre o ensino na última década. Por exemplo, o caráter livre, gratuito e leigo da instrução primária oferecida pelo governo na capital federal. Fez-se, também, uma opção clara em relação à diretriz filosófica do plano de ensino secundário, com a adoção do modelo positivista. O curso integral incorporou as disciplinas sistematizadas na “escala enciclopédica das ciências”, inclusive a sociologia e a moral. O esforço feito para completar a reforma fez com que Benjamin Constant consumisse decisivas reservas de energia. No dia 9, fez sua última aparição pública de sentido político no Clube Militar, em sessão comemorativa da reunião que, um ano antes, lhe outorgara o mandato para negociar com o governo a “Questão Militar”. Na ocasião, voltou a garantir que Deodoro respeitaria o calendário eleitoral e a Constituição que o Congresso aprovasse. Defendeu, ainda, a tese de que o país não devia temer o militarismo, dadas a índole e a educação social do povo brasileiro, que faziam o soldado distinguir-se do civil apenas pelo uso da farda.

Em condições de saúde progressivamente deterioradas, Benjamin Constant insistiu em trabalhar na ampliação da reforma do ensino. Entre os dias 2 e 10 de janeiro de 1891, assinou os últimos decretos relativos à sua pasta. Um resumo de suas atividades como efetivo ministro da Educação indica como principais medidas: regulamento da Escola

Normal da Capital Federal (17/5/1890); regulamento do Instituto Nacional dos Cegos (17/5/1890); auxílio ao pintor Décio Vilares para pintar a *Epopéia africana no Brasil* (31/5/1890); criação do Pedagogium (16/8/1890); proibição do ensino religioso em estabelecimentos públicos de instrução leiga (22/8/1890); reorganização da Biblioteca Nacional (4/10/1890); criação da Escola de Astronomia e Engenharia Geofísica no Observatório do Rio de Janeiro (13/10/1890); reorganização do Instituto Nacional de Música (24/10/1890); regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal (8/11/1890); novo regulamento da Escola Normal da Capital Federal (8/11/1890); supressão da cadeira de direito eclesiástico dos cursos jurídicos de Recife e São Paulo (14/11/1890); novos estatutos da Escola Politécnica (22/11/1890); regulamento do Ginásio Nacional, ex-Imperial Colégio de Pedro II e, por muito pouco tempo, Instituto Nacional de Instrução Secundária (22/11/1890); criação do Conselho de Instrução Superior (2/1/1891); regulamento das instituições de ensino jurídico dependentes do MIPCT (2/1/1891); novo regulamento da Escola de Minas de Ouro Preto e reorganização das faculdades de medicina do país (10/1/1891).

No dia 17 de janeiro de 1891, em face da gravidade da sua situação, Benjamin Constant pediu demissão do ministério. Na madrugada do dia 22, morreu.

Teve oito filhos, dois dos quais morreram ainda em tenra idade.

Publicou *Teoria das quantidades negativas* (1868).

Recebeu, entre outras, as seguintes homenagens póstumas: ereção de uma estátua na praça da República, no Rio de Janeiro; substituição do nome do Instituto Nacional dos Cegos pelo de Instituto Benjamin Constant; aquisição da casa onde residia ao falecer, no bairro de Santa Teresa, para nela colocar uma lápide em sua homenagem e doá-la em usufruto à sua viúva, decisão tornada artigo das “Disposições Transitórias” da Constituição de 1891; perpetuação de seu nome no *Almanaque Militar* entre os generais de brigada, de forma que sua vaga nunca fosse preenchida; entronização, decidida pela Assembleia Nacional

Constituinte, como “Fundador da República Brasileira”.

*Renato Lemos*

FONTES: LEMOS, R. *Benjamin Constant* ; MENDES, R. *Benjamin Constant*.